Processo n.º 166/2007

Recorrente: **A** - revel

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Nos autos do Processo Comum Colectivo n.º CR1-06-0008-PCC, junto do Tribunal Judicial de Base, com outros 25 arguidos, foi julgado o arguido **A**, este à revelia, e condenado, em 31 de Julho de 2006, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de **um crime de sociedade secreta** p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias especialmente atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva.

1

---

¹ A decisão tinha o seguinte teor:

“A) Absolve o 1.º arguido **B** de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, e de dois crimes de sequestro p. e p. pelo art. 152.º n.º 1 do Código Penal de Macau e um crime de usura para jogos p. e p. pelo art.219.º n.º 1 do Código Penal de Macau em conjugação com o art. 13.º da Lei n.º 8/96/M de 22 de Julho.

B) Absolve o 2.º arguido **C** de quatro crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, e de dois crimes de sequestro p. e p. pelo art. 152.º n.º 1 do Código Penal de Macau e um crime de usura para jogos p. e p. pelo art. 219.º n.º 1 do Código Penal de Macau em conjugação com o art. 13.º da Lei n.º 8/96/M de 22 de Julho e de um crime de corrupção activa p. e p. pelo art. 339.º n.º 1 do Código Penal de Macau.

C) Absolve o 3.º arguido **D** e o 5.º arguido **E** de quatro crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau,

D) Absolve o 6.º arguido **F** de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art. 6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro).

E) Absolve o 7.º arguido **G**, 17.º arguido **H**, 20.º arguido **I**, o 23.º arguido **J**, o 24.º arguido **L**, o 25.º arguido **M** e o 26.º arguido **N** de crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide o art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l), p)).

F) Absolve o 8.º arguido **O** de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide o art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l), p)) e de um crime de usura para jogos p. e p. pelo art. 219.º n.º 1 do Código Penal de Macau em conjugação com o art. 13.º da Lei n.º 8/96/M de 22 de Julho.

G) Absolve o 11.º arguido **P** e o 12.º arguido **Q** de um crime de sequestro p. e p. pelo art. 152.º n.º 1 do Código Penal de Macau.

H) Absolve o 14.º arguido **R** de um crime de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau.

I) Absolve o 16.º arguido **S** de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b)

---

e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide o art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l), p)) e um crime de detenção da arma branca p. e p. pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau.

J) Absolve o 17.º arguido **H** de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau.

K) Condenar o 1.º arguido **B** pela prática em co-autoria material de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 3 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p), o art. 2.º n.º 1) e com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei, na pena de 13 anos de prisão; de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e dos outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art.6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro), na pena de 3 anos e 9 meses de prisão, de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, na pena de 1 ano de prisão cada, e de um crime de corrupção activa p. e p. pelo art. 339.º n.º 1 do Código Penal de Macau na pena de 1 ano de prisão.

L) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 15 anos de prisão efectiva.

M) Condenar o 2.º arguido **C** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 3 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p), o art. 2.º n.º 1) e com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º, n.º 4 da mesma Lei, na pena de 13 anos de prisão; de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e dos outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art.6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro), na pena de 3 anos e 9 meses, de um crime de corrupção activa p. e p. pelo art. 339.º n.º 1 do Código Penal de

---

Macau, na pena de 1 ano de prisão.

N) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 14 anos de prisão efectiva.

O) Condenar o 3.º arguido **D** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) e com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 5 da mesma Lei, na pena de 8 anos de prisão; de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e dos outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art.6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro), na pena de 3 anos e 9 meses de prisão, de um crime de corrupção passiva p. e p. pelo art. 337.º n.º 1 do Código Penal de Macau, na pena de 3 anos de prisão.

P) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 10 anos de prisão efectiva.

Q) Condenar o 4.º arguido **T** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) na pena de 6 anos e 6 meses de prisão efectiva.

R) Condenar o 5.º arguido **E** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 3 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p), o art. 2.º n.º 2) e com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei, na pena de 11 anos de prisão; de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e dos outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art.6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro), na pena de 3 anos e 9 meses.

S) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 11anos e 6 meses de prisão efectiva.

T) Condenar o 6.º arguido **F** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) na pena de 6 anos e 6 meses de prisão; de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, na pena de 1 ano de prisão cada.

U) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 7 anos de prisão efectiva.

V) Condenar o 7.º arguido **G** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, na pena de 1 ano de prisão cada.

W) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 1 ano e 6 meses de prisão efectiva.

X) Condenar o 9.º arguido **U** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 3 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p), o art. 2.º n.º 2) e com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei e as circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 5.º, na pena de 3 anos e 6 meses de prisão; de um crime de detenção da arma proibida (em concurso ideal com o crime de detenção da arma branca e dos outros instrumentos previsto pelo art. 262.º n.º 3 do Código Penal de Macau) p. e p. pelo art. 262.º n.º 1 do Código Penal de Macau (vide o art.6.º do DL n.º 77/99/M de 8 de Novembro), na pena de 1 ano e 6 meses de prisão; de dois crimes de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal de Macau, na pena de 6 meses de prisão cada; os referidos últimos três crimes têm circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea c) do Código Penal de Macau;

Y) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 4 anos de prisão efectiva.

Z) Condenar o 10.º arguido **V** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de

---

um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) na pena de 6 anos e 6 meses de prisão efectiva.

AA) Condenar o 11.º arguido **P** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) na pena de 5 anos e 3 meses de prisão efectiva.

BB) Condenar o 12.º arguido **Q** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei e circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau, na pena de 5 anos de prisão efectiva.

CC) Condenar o 13.º arguido **X** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei e circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau, na pena de 5 anos de prisão efectiva.

DD) Condenar o 14.º arguido **R** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei, na pena de 5 anos de prisão, e pela prática de um crime de ofensa simples à integridade física p. e p. pelo art. 137.º n.º 1 do Código Penal circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau.

EE) Em cúmulo jurídico, é condenado na pena de 5 anos e 3 meses de prisão efectiva.

FF) Condenar o 15.º arguido **Z** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de

---

um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alíneas b) e d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias agravantes previstas pelo art. 2.º n.º 4 da mesma Lei, e com circunstâncias atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 5 anos de prisão efectiva.

GG) Condenar o 16.º arguido **S** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de posse de documentos falsificados p. e p. pelo art. 18.º n.º 3 da Lei n.º 6/2004, na pena de 10 meses de prisão.

HH) Condenar o 18.º arguido **A** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias especialmente atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva.

II) Condenar o 19.º arguido **Aa** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias especialmente atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva.

JJ) Condenar o 21.º arguido **Bb** pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias especialmente atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva.

KK) Condenar o 22.º arguido **Cc** pela prática em co-autoria material e na forma consumada

---

de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com circunstâncias especialmente atenuantes especiais previstas pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva.

LL) Ademais, condenar os 1.º arguido, 6.º arguido, 7.º arguido, 9.º arguido no pagamento, na responsabilidade solidária, ao ofendido **Dd** de MOP\$3.000,00 como indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais;

MM) Condenar o 14.º arguido no pagamento de MOP\$3.000,00 ao ofendido **Ee** como indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais.

Além dos 8.º arguido, 17.º arguido, 20.º arguido e 23.º a 26.º arguidos, vai condenar os outros arguidos no pagamento de taxa de justiça em 30 UC cada e no pagamento conjunto dos diversos encargos processuais.

Condenar o 6.º arguido, o 7.º arguido, o 16.º arguido, o 17.º arguido e o 25.º arguido no pagamento de honorários aos advogados em MOP\$2.500,00 cada, o honorário ao advogado do 7.º arguido é pago pelo Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Nos termos do art. 24.º da Lei n.º 6/98/M de 17 de Agosto, além do 8.º arguido, o 17.º arguido, 20.º arguido e 23.º a 26.º arguidos, condenar outros arguidos no pagamento de MOP\$1.000,00 cada.

São declarados a favor desta Região os objectos apreendidos (armas perigosas e objectos desvaliosos) constantes de fls. 783 a 790 dos autos e de fls. 1320 dos autos.

Devolve os objectos privados apreendidos e constantes dos autos (incluindo o telemóvel, veículo, dinheiro e fichas) ao seu dono.

Após a decisão ter transitado em julgado, imediatamente extinga-se as medidas coactivas

Após a leitura do acórdão, o arguido ora recorrente foi detido, e ao notificado o acórdão, com que não conformou, recorreu para este Tribunal, para concluir em síntese o seguinte:

1. É o presente recurso possível e tempestivo, mau grado a intermediação de Ac. do TSI que estendeu ao não recorrente (ora recorrente) o conhecimento do recurso por virtude dos recursos interpostos oportunamente por co-arguidos, embora com limitação aos motivos de impugnação daqueles outros arguidos;
2. Limita o recorrente o presente recurso à apreciação dos dois factos concretos em que é mencionado na acusação e nos arestos das instâncias e que motivaram o seu envolvimento na - e a sua condenação como apoiante da - sociedade secreta «Ff» e à sua (re)

---

aplicadas neste processo e devolva ao referido arguido os respectivos documentos constantes de fls. 3409 dos autos.

Boletim ao Registo criminal.

Remeta os 2.º a 5.º arguidos, 9.º a 15.º arguidos, 19.º arguido, 21.º e 22.º arguidos para o E.P.M.

Ordene de imediato a libertação do 16.º arguido S por ter cumprido o prazo da pena.

Nos termos do art. 198.º n.º 1 alínea c) do Código de Processo Penal de Macau, ordene a libertação dos 8.º, 17.º, 20.º, 23.º e 24.º arguidos.

Nos termos do art. 317.º do Código de Processo Penal de Macau, notifique os 1.º, 6.º, 7.º, 18.º arguidos.

Notifique o C.P.S.P.”

apreciação à luz da idade que tinha à sua data: 15 anos (cerimónia de ingresso na Associação numa tarde de Novembro de 2003) e 16 anos e 8 meses (reunião para um acto de retaliação não concretizado em 13/12/2004) e aos seus reflexos na condenação de que foi objecto;

3. À data do rito de ingresso na Associação «Ff», numa tarde de Novembro de 2003, o recorrente tinha apenas 15 anos de idade;
4. Não logrou apurar o douto Ac. recorrido a data em que, com a colaboração do recorrente, houve recrutamento de novos membros, pelo que por força do princípio «in dubio pro reo» é de presumir que tal decisão para o recrutamento de novos membros ocorreu quando o ora recorrente tinha ainda 14 ou 15 anos de idade e era, por isso, criminalmente inimputável;
5. Não parece, porém, que a inclusão do recorrente, na estrutura da Associação «Ff», à data de 7/4/2005, pela Polícia Judiciária, tenha de suporte fáctico ou possa ser isenta de dúvidas;
6. Na verdade, o recorrente não esteve presente, como decorre dos autos, no Templo «Hông Kông», naquele dia, para o rito mensal de veneração de Deus da Associação «Ff», o que empresta dúvidas quanto a saber se o recorrente ainda integrava então a referida Associação;
7. Inexistem quaisquer outros elementos factuais nos autos que dêem conta de qualquer participação do recorrente em qualquer acto,

reunião ou cerimónia da Associação posterior a 13/12/2004, data em que, com outros arguidos, esteve presente em S. Paulo para um encontro de retaliação de um indivíduo de alcunha «Gg», que não chegou a concretizar-se;

8. Nessa altura já o recorrente tinha 16 anos 8 meses e era, por isso, criminalmente imputável, mas releva que se pondere o facto, em si, de que esse encontro não passou de um acto preparatório de um crime, de que há qualquer notícia que tenha chegado a concretizar-se;
9. Inexiste qualquer referência ao recorrente nas situações anteriores descritas na acusação ocorridas nos dias 20/12/2004 (episódio da Escola de «XXX», 1/9/2005 (discussão com Hh e Ii) e 28/2/2005 (episódio da Escola «XXX»);
10. Todas as referências a factos concretos apurados pelas instâncias, limitam a participação do recorrente a duas situações: em data indeterminada de 2003 – rito de ingresso na Associação «Ff» (tinha o recorrente 15 anos de idade) e 13/12/2004 – reunião com um grupo de indivíduos, em S. Paulo, para retaliar um indivíduo de alcunha «Gg», retaliação que não chegou a concretizar-se (tinha o recorrente 16 anos e oito meses de idade);
11. Afastada a possibilidade de ser condenado pelo n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 6/97/M (indemonstrado que promoveu ou fundou uma associação ou sociedade secreta), foi condenado, tão só, por um

crime do artº 2º, n.º 2, alínea d) da Lei nº 6/97/M, sendo certo que não foi dada por provada a sua participação em reuniões ou cerimónias rituais;

12. Não podendo, por isso, ser condenado com base nesse elemento indiciador do tipo;
13. É certo que os factos indiciadores de participação em sociedade secreta descritos nas várias alíneas do n.º 2 do artº 2º da Lei n.º 6/97/M, é apenas exemplificativa, como decorre do advérbio «nomeadamente», mas também é verdade que não consta da acusação qualquer outro elemento indiciador, quer na descrição fáctica, quer no enquadramento jurídico-penal a que procedeu o Meritissimo acusador público;
14. É duvidosa a condenação do recorrente pelo crime de sociedade secreta;
15. Na verdade, sem que se dê por verificado um dos factos indiciadores de pertença, a quqlauqer título, a uma sociedade secreta (no n.º 2 do artº 2º) e sem a prática de um crime do elenco dos crimes indiciadores (no n.º 1 do artº 1º) e não podendo o recorrente ser punido pelo acto de adesão à Associação «Ff» ocorrido numa tarde de Novembro de 2003 (por ter à data apenas 15 anos de idade e ser inimputável), não pode discorrer-se a sua responsabilidade pela prática de crimes que tenham sido praticados por outros membros da mesma Associação, nos exactos

termos em que isso seria (já) possível se a sua incorporação na sociedade secreta tivesse sido feita em momento em que o recorrente fosse criminalmente imputável;

16. Quando assim não seja doutamente entendido, confia-se em que o circunstancialismo descrito, assente na menoridade do recorrente à data do seu recrutamento para a Associação «Ff» e a sua idade de apenas 16 anos e 8 meses à data do facto apurado, que apenas constitui um corolário daquela sua adesão enquanto menor à Associação, possa merecer dessa Alta Instância um mais acentuado abaixamento da pena;
17. A decisão recorrida violou o artº 18º do C. Penal (dada a sua aplicação implícita) e os artºs 2º, n.º 2, alínea d) e artº 1, n.º 1, da Lei n.º 6/07/M (face à sua aplicação ao caso).
18. Violou, ainda, o princípio «in dubio pro ero».

Termos em que, e contando com o douto suprimento de Vossas Excelências, deve ser dado provimento ao recurso e alterada a decisão recorrida num dos dois termos que se deixaram equacionados, absolvendo-se o recorrente ou, mantendo-se a sua condenação, aplicando-se ao recorrente uma pena não superior a 1 ano de prisão.

A este recurso respondeu o Ministério Público que alegou o

seguinte:

Impugna o recorrente o douto acórdão que o condenou, pela prática do crime de sociedade secreta, na pena de 3 anos e 9 meses de prisão.

E começa por dizer que é “duvidosa” a sua condenação pelo referido crime.

Temos, todavia, como incontroversa essa condenação.

O mesmo não impugna o enquadramento da associação em causa no âmbito do art. 1º, n.º 1, da Lei nº 6/97/M, de 30 de Julho.

Já questiona, no entanto, a subsunção da sua actuação à previsão do subsequente art. 2º, n.º 2.

Apurou-se, a propósito, que o rito de ingresso na associação “Ff” ocorreu numa tarde de Novembro de 2003 – quando ainda tinha 15 anos.

Averiguou-se, igualmente, que participou numa reunião para um acto de retaliação, como membro dessa associação, em 13 de Dezembro de 2004 – quando já tinha cerca de 16 anos e 8 meses.

Deu-se como assente, finalmente, que era membro fundamental ou de 3ª linha da mesma associação, em 1 de Março de 2005 – cerca de 1 mês antes de perfazer 17 anos.

O que equivale a afirmar que o recorrente, tendo ingressado na sociedade secreta quando ainda era inimputável em razão da idade, se manteve como membro da mesma quando há muito tinha deixado de

sê-lo.

E mais do que isso, realmente, não exige o citado art. 2º, n.º 2.

O recorrente pretende, subsidiariamente, “um mais acentuado abaixamento da pena” – até um limite “não superior a 1 ano”.

Vejamos.

O mesmo foi julgado à revelia e, em seu benefício, nada se apurou.

Em termos agravativos, por outro lado, há que relevar a condenação constante do certificado de registo criminal (cfr. fls. 4896 e segs.).

E impõe-se atentar, essencialmente, nos fins das penas.

Afigura-se, aliás, que são ociosas quaisquer considerações quando se está perante um crime de associação ou sociedade secreta.

Em sede de prevenção positiva, há que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade da norma violada, através do “restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada pelo crime” (cfr. Figueiredo Dias, *Temas Básicos da Doutrina Penal*, 106).

E, a nível de prevenção geral negativa, não pode perder-se de vista o efeito intimidatório subjacente a esta finalidade da punição.

O Tribunal Colectivo procedeu à atenuação especial da pena, ao

abrigo do art. 66º do C. Penal, tendo em conta a idade do recorrente.

E pode dizer-se, de facto, que foi “generoso” na aplicação desse dispositivo, sendo certo que a menoridade não pode constituir, por si só, fundamento para tal atenuação (cfr., por todos, ac. do T.U.I., de 20-11-2002, proc. n.º 15/2002).

Essa Segunda Instância, entretanto, no acórdão proferido no recurso n.º 453/2006, operou uma diminuição generalizada das penas aplicadas nesta 1ª Instância.

E, em conformidade, tendo conhecido também da responsabilidade do recorrente – decisão que, não merecendo a nossa concordância, foi objecto de recurso para o nosso mais Alto Tribunal – baixou a pena que lhe havia sido imposta para 3 anos e 2 meses de prisão.

Daí que, considerando as razões invocadas nesse douto acórdão – nomeadamente de “justiça relativa” – não possamos deixar de aceitar essa redução.

Como se referiu anteriormente, o MºPº recorreu da decisão desse Tribunal que conheceu da actuação do recorrente.

E fê-lo por entender que houve, nessa decisão, excesso de pronúncia.

Assim, a procedência de tal recurso acarretará a respectiva anulação – enquanto a sua improcedência implicará a sua manutenção.

O que vale por dizer, também que a impugnação do recorrente

pode ser prejudicada pela decisão do Tribunal de Última Instância.

E, nessa perspectiva, cremos que deve ter lugar a suspensão da instância do presente recurso, até à prolação dessa decisão.

Deve, pelo exposto, ser concedido parcial provimento ao recurso.

E deve, entretanto, suspender-se a instância do mesmo, nos termos e para os efeitos apontados.

Nesta instância o Digno Procurador-adjunto manteve-se a sua posição tomada na sua resposta.

Com a promoção do Ministério Público, o julgamento do presente recurso tinha sido suspenso para aguardar pela decisão final do Tribunal de Última Instância naquele referido recurso.

Cumprе conhecer, dado que já se encontra transitada em julgado a decisão do TUI nos presentes autos, que anulou a decisão tomada por este Tribunal respeitante ao ora recorrente.

Foram colhidos os vistos legais.

À matéria de facto foi dada por assente a seguinte factualidade:

Em Julho de 2002, os arguidos **B** e **C** passaram a ser sócios da sala de jogo, “XXX”, *New Century*, e incumbiram-se do funcionamento quotidiano desta sala.

Pelo menos a partir dos meados do ano 2003, os arguidos **B** e **C** começaram a negociar em admitir mais subordinados para que estes no casino empreendessem as actividades de usura e de sequestro e recorressem à violência contra outros no caso de conflito.

Para isso, os arguidos **B** e **C** determinaram constituir uma organização designada por “Ff” ou “Ff” com a parte das receitas proveniente da sala de jogo “XXX” para suportar as despesas diárias da Associação “Ff”.

No dia determinado do ano 2003, os arguidos conhecidos **B** e **C** chamaram os três arguidos **E**, **F** e **U** para um quarto da sala de XXX do Hotel *New Century*, exigindo que estes os seguissem e participassem na Associação “Ff”.

Os arguidos **E**, **F** e **U** estavam todos conformes à referida finalidade da Associação “Ff” pelos arguidos **B** e **C** fundada e concordaram em participar na Associação “Ff” e seguir os arguidos **B** e **C**.

Os arguidos **E**, **F** e **U** cada um entregou um “lai si” com MOP3,60 (vulgarmente designada por “San Kok Lok” ou “Lao Mou”) aos arguidos **B** e **C** como símbolo de ingresso na sociedade Ff.

Naquela dia, o arguido **B** disse aos arguidos **E**, **F** e **U**: no caso de ter envolvido no conflito com outros, podiam designar-se como associados de “Ff”

Os arguidos **E**, **F** e **U** são o primeiro grupo de membros admitidos pela Associação **Ff** criada pelos arguidos **B** e **C**, mais tarde, os arguido **E**, **F** e **U** tornaram-se membros chaves.

O arguido **D** é agente da Polícia de Segurança Pública, n.º XXX. O arguido **D** conhece o arguido **C**.

O arguido **D** conhece bem que o objectivo da Associação **Ff**, organizada e fundada pelos arguido **B** e **C** é exercer actividades ilegais e obter interesses ilícitos.

O arguido estava conforme o objectivo da Associação “**Ff**”.

Desde então, o arguido **D** forneceu aos arguidos **B** e **C** informações internas da Polícia de Macau e deu à Associação **Ff** sempre conselhos e soluções, sendo, por isso, considerado o Conselheiro Militar pelos elementos da Associação “**Ff**”.

O arguido **D** disse ao arguido **C** o número de matrícula de uma viatura de ronda à paisana pertencente ao C.P.S.P.

No âmbito da Associação **Ff** o arguido **D** espiou sempre as informações policiais internas sobre as acções anti-crime, a favor do arguido **C** para que estes pudessem fugir a uma qualquer perseguição policial.

Com esta relação especial do arguido **D** com o arguido **C** e atendendo ao seu estatuto de agente policial, os elementos da **Ff** tinham-lhe muito respeito.

Por isso os arguidos **B** e **C** pagavam ao arguido **D** uma quantia imprecisa a título de recompensa, conseguindo, deste modo, da parte deste

arguido maior apoios e informações policiais confidenciais.

Na Associação “Ff”, o arguido T incumbiu-se de presidir aos ritos do ingresso de novos membros e de veneração de Deus.

O arguido O incumbiu-se de praticar as actividades na sala de jogo.

O arguido G seguiu o arguido B e trabalhava por este.

O arguido V auxiliava o arguido B a gerir os assuntos da Associação Desportiva Jj onde reuniram os membros da Associação Ff e dedicava-se às actividades ilícitas por força da ordem dos arguidos C e B.

Após o ingresso dos arguidos E, F e U na Associação Ff, os arguidos B e C exigiram que estes admitissem mais jovens (incluindo menores que não atinjam 16 anos de idade) para ampliar a Associação “Ff” e para fornecer pessoais suficientes destinados à prática das actividades ilícitas da Associação “Ff” .

O arguido F encarregou-se de recrutar membros no interior da China e levar estes membros a Macau para praticar actividades ilícitas por ordem dos arguidos B e C.

No fim do ano 2003 (a data concreta desconhecida), o arguido P foi recrutado pelo arguido F e ingressou na Associação “Ff” dirigida pelos arguidos B e C.

O arguido P veio a Macau e participou nas actividades ilícitas praticadas pelos membros da Associação “Ff”.

Os arguidos E e U incumbiram-se de recrutar jovens em Macau na

Associação “Ff” e dirigiram directamente as actividades ilícitas de jovens (como por exemplo ofensa à integridade física do outrem.).

Em 2003, numa determinada tarde do Novembro, os arguidos **B** e **C** convocaram os arguidos **D, T, E, F, U**, para loja XXX, rés do chão do XXX bloco da Jardim “XXX”, Avenida XXX (Rua XXX n.º XXX) firma de veículo da segunda mão de nome “XXX” e levaram a cabo o rito de ingresso na Associação “Ff” para os arguidos **Q, Z, X, A, R, Aa, Bb**.

Naquele rito, o arguido **B** disse aos arguidos **Q, Z, X, A, R, Bb** e **Aa**: agora passam a ser associados de “Ff”. “**LI**” é o seu líder (ora o arguido **E**), no futuro chamam-me “**Mm**”. Estejam sempre à ordem de “**LI**”.

Os arguidos **Q, Z, X, A, R, Bb** e **Aa** não atingiram a idade de 18 anos, ao ser recrutados pelos arguidos **B, C, E, F, U** na Associação **Ff**.

Os arguidos **Q, Z, X, A, R, Bb** e **Aa** ao ingressarem na Associação **Ff**, conheciam bem a natureza da sociedade secreta do objectivo da associação.

Para fornecer aos membros da associação um local destinado à reunião, e a fim de fortalecer o sentimento de pertença dos associados, os arguidos **C, D, U, V** e **G** fundaram em Fevereiro de 2004 a Associação Desportiva “**Jj**” de Macau (inicialmente situado na Rua XXX, foi mudado para Rua XXX após o Dezembro de 2004 (loja), de nome “XXX”)

A Associação Desportiva “**Jj**” de Macau fundou-se em nome do exercício da actividade desportiva (*boxing, kick-boxing*), é, na realidade, um local onde se reuniam e discutiam os membros da Associação “**Ff**” para praticar as

actividades ilícitas.

Após a fundação da Associação Desportiva “**Jj**” de Macau, o arguido **B** assumiu-se como presidente da Assembleia Geral e nomeou o arguido **E** como presidente de honra, o arguido **D** como presidente do Conselho Fiscal, o arguido **U** como presidente da direcção (ora designado como “**Nn**”), o arguido **V** como secretário, o arguido **G** como director.

Os arguidos **B**, **C**, **E** e **U** ordenaram que os associados guardassem uns paus madeiros, facas, tubos de água dentro da Associação Desportiva “**Jj**” de Macau, destinados ao ataque pela Associação “**Ff**” contra outrem nos conflitos. Além disso recrutaram, a título da Associação Desportiva “**Jj**”, os jovens para Associação “**Ff**”.

Para isso, os arguidos **E** e **U** exigiram que os arguidos **Q**, **Z**, **X**, **A**, **R**, **Bb**, **Aa** admittissem mais jovens (incluindo aqueles não atingem 16 anos de idade) na Associação “**Ff**” (vulgarmente designado pro “**Oo**”) para no futuro serem destinados à agressão (vulgarmente designado por “**Pp**”), levando estes para se reunir na Associação Desportiva “**Jj**” de Macau).

Por instrução do arguido **E**, o arguido **Q** recrutou o menor **Qq** e outros como seus subordinados.

O menor **Rr** seguiu o arguido **Cc** com seu subordinado na Associação **Ff**.

O arguido **R** recrutou o menor **Ss** como seu subordinado.

O arguido **Z** recrutou **Tt** como seu subordinado. O arguido **Tt** passou a seguir **X**.

Após a fundação da Associação “Ff”, para mostrar a força da associação e fortalecer o sentimento de pertença e de obediência dos associados, e para orar para um bom negócio da sala de jogo XXX, os arguidos **B** e **C** exigiram que os membros de **Ff** reunissem nos dias 1 de cada mês no Templo “Hong Kong” situado na Rua de 5 de Outubro, de forma que realizassem o rito de veneração de Deus.

A cerimónia de veneração de Deus foi presidida pelo arguido **T**.

Até o dia 1 de Março de 2005, quando o Polícia actuou contra os membros da Associação **Ff**, a Associação reveste a seguinte estrutura:

1 os arguidos **B** e **C** como dirigentes e organizadores da Associação **Ff** (vulgarmente designados como figura à nível “Tai Kong” ou “Ah Kong”)

2 os arguidos **E**, **F**, **U**, como núcleo e membros chave da Associação “Ff” (vulgarmente designado como membro de 2.^a linha)

3 os arguidos **P**, **Q**, **X**, **R**, **Z**, **Aa**, **Bb** e **A** como membros fundamentais (vulgarmente designado com membro de 3.^a linha);

4 os arguido **Cc** e menores **Qq**, **Tt**, **Ss**, **Uu** e outros como membros gerais da Associação “Ff” (vulgarmente designado como membros de 4.^a linha)

Pelo menos a partir do Agosto de 2004, os arguidos **E**, **F**, **U** várias vezes levaram e mandaram os membros da Associação **Ff**, incluindo os arguidos **P**, **Z**, **Q**, **X**, **R**, **Aa**, **Cc**, **Bb**, os menores **Qq**, **Tt**, **Ss** e **Rr**, agregaram nos diversos locais

de Macau para finalidade de agressão e para atacar e retaliar aqueles que envolveram no conflito com membros da Associação “Ff”.

Antes de começar a agressão, os dirigentes da associação deu a instrução aos associados de “Ff”, tendo declarado a estes que: façam bem..... digam a que associação pertencem... recrutem mais membros...

Após a prática da agressão pelos associados de “Ff”, o arguido **D** de vez em quando foi ao local para conhecer a situação e investigar na Polícia se os membros foram classificados como alvo de investigação ou registrados na lista de interceptação no posto fronteiriço. Se fossem, o arguido informava àqueles de que por enquanto não entrariam ou sairiam de Macau devido à referida interceptação.

Num determinado dia de Dezembro de 2004 (a data concreta desconhecida), o menor **Rr** envolveu na discussão com um indivíduo da alcunha “Gg” na Avenida de Almeida Ribeiro, nas imediações do lago com repuxo. **Rr** de imediato ligou para o arguido **Cc** que depois transmitiu esse assunto a outros.

Em 13 de Dezembro de 2004, os arguidos **Z, X, Aa, A, Cc, H, N, M, J, I** e o menor **Rr, Uu, Qq** reuniram em São Paulo a fim de encontrar o referido indivíduo de alcunha “Gg” para o retaliar.

Às 14h00 e pouco do mesmo dia, os agentes da P.J verificaram os suspeitos comportamentos dos referidos indivíduos em São Paulo, levaram-nos à P.J para fazer a investigação.

Em 20 de Dezembro de 2004, às 14h00 e pouco, o filho do arguido **B**, de nome **Vv** envolveu na discussão com **Xx** e **Dd** ao jogar futebol na Escola XXX. **Vv** de seguida telefonou para o arguido **B**, informando-o de que foi ultrajado por alguém na escola.

O arguido **B** depois de receber a referida chamada, contactou de imediato com o arguido **U**, ordenando que este convocasse os associados de “**Ff**” e acoressem à Escola XXX para prestar apoio ao seu filho.

O arguido **U** telefonou para os arguidos **Q** e **V**, dizendo que o filho de **B** foi ultrajado por alguém na Escola XXX e comunicando-os para chamar os associados de “**Ff**” para acoerrem à Escola XXX.

Tendo recebido notificação transmitida entre os associados, o arguido **Q** e outros arguidos sucessivamente chegaram à Escola XXX, e o arguido **V** também acoerreu ali.

Às 16h00 e pouco, o arguido **B** dirigiu **F**, **G** e dez e tal arguidos da identidade desconhecida para acoerrem à Escola XXX.

Tendo chegado à Escola XXX, o arguido disse a **Xx** com tom ameaçador: Não me conheças ? Não sabes quem sou eu ? Onde vens? De seguida, o arguido **B** deu lhe uma bofetada.

O arguido **G** deu um soco na face de **Dd**, assim, os arguidos **B** e **F** e os referidos indivíduos desconhecidos juntos lançaram-se sobre **Xx** e **Dd** e deram-lhes espancadas.

Os referidos actos dos arguidos **B**, **G**, **F** provocaram directa e

necessariamente a **Dd** os danos físicos descritos pela perícia do médico legal clínico constante de fls. 399. dos autos que necessita de 7 dias para se recuperar; provocaram directa e necessariamente a **Xx** os danos físicos descritos pela perícia do médico legal clínico constante de fls. 400. dos autos, que necessita de 1 dia para se recuperar.

Em 19 de Fevereiro de 2005, o arguido **I** envolveu na discussão com **Hh** e **Ii** fora do XXX 遊戲機中心. Para isso, o arguido **I** telefonou para o arguido **X**, dizendo que foi ultrajado por alguém na Rotunda de Carlos Maia.

O arguido **X** comunicou o arguido **U** disso, e o arguido **U** convocou imediatamente os outros arguidos, enquanto ele próprio tirou do veículo por si conduzido uma pilha eléctrica de cor preta e deslocou-se ali.

O arguido **U**, depois de ter chegado ao referido local, reunindo com os arguidos **S**, **X**, **I**, **R**, **J**, os menores **Qq** e **Tt** e outros associados de “**Ff**”, interceptou o **Hh** e seu companheiro **Ii** que tinham envolvido no conflito com **I**. Em resultado disso, ambas as partes começaram a envolver na discussão.

No entretanto, o arguido **U** declarou a **Hh** e **Ii**: Chamo-me “**Zz**”, sou de “**Ff**”, esta zona é guardada por mim!

Tendo falado isto, o arguido **U** de súbito deu uma bofetada a **Hh** e perseguiu-o e bateu-o com a referida pilha eléctrica preta.

No momento, um destes tirou uma faca e picou de forma desordenada **Ii**, tendo acertado na sua barriga e no seu pulso esquerdo.

Os arguidos **X**, **I**, **R**, **J**, os menores **Qq** e **Tt** juntos lançaram-se sobre **Hh** e

Ii e perseguiram-nos.

Os referidos actos dos arguidos **U, X, I, R, J** e outros provocaram directa e necessariamente a **Hh** os danos físicos descritos pela perícia de médico legal clínico constante de fls. 645 dos autos, que necessitam de 5 dias para se recuperar; provocaram a **Ii** danos físicos descritos pela perícia do médico legal clínico constante de fls. 646 e de 3213 dos autos, que necessitam de 10 dias para se recuperar.

Em Fevereiro de 2005, o menor **Ss** (subordinado do arguido **R**) chegou a ter discussão com o seu colega **Aaa** que frequentava na Escola “XXX”. **Ss** de seguida ligou o arguido **R** e pediu que este convocasse os membros de “**Ff**” para “educar” **Aaa**.

Em 28 de Fevereiro, pelas 19h50 e pouco, o arguido **R** convocou os arguidos **X, L, N**, os menores **Ss, Tt, Bbb, Ccc** e os indivíduos não identificados para se dirigir à Escola XXX, estando disposto a espancar **Aaa**.

Sob a direcção do arguido **R**, os indivíduos não identificados chegaram à Escola XXX, encontraram na porta da escola um colega de **Aaa** de nome **Ddd** e exigiram que este dissesse o paradeiro de **Aaa**. Como **Ddd** tentou pôr-se em fuga, o arguido **R** e outros membros espancaram-no.

Em seguida, o arguido **R** avançaram para dentro da Escola “XXX”, viram **Aaa** e espancaram-no.

Os referidos actos do arguido **R** e outros provocaram directa e necessariamente a **Ddd** os danos físicos descritos pela perícia do médico legal

clínico constante de fls. 3075, que necessita de 5 dias para se recuperar.

Em 1 de Março de 2005, pelas 16h00 e pouco, conforme as regras da Associação “Ff”, os arguidos **T, R, Cc, Z** e os menores **Tt, Ss, Qq, Rr** e outros arguidos **S, H, I, J, L** e menores **Eee, Uu, Ccc** e **Bbb** sucessivamente chegaram ao Templo Hông Kông situado na Rua de 5 de Outubro, estando disposto a realizar o rito mensal de veneração de Deus da Associação “Ff”.

Pelas 16h45 e pouco, os agentes policiais entraram no Templo Hông Kông, levaram os arguidos **T, S, R, H, Cc, I, J, Z, L** e os menores **Tt, Ss, Eee, Qq, Uu, Ccc, Bbb** e **Rr** à P.J para investigação.

No mesmo dia, às 16h30, os agentes policiais encontraram no veículo do arguido **U**, de matrícula MG-XX-XX, uma pilha eléctrica preta e um cassetete preto.

A referida pilha eléctrica preta foi utilizada pelo arguido **U** na referida agressão na Rotunda de Carlos Maia.

O arguido **U** não justificou a sua posse do referido cassetete.

Na tarde de 1 de Março de 2005, os agentes policiais encontraram no veículo do arguido **E**, da matrícula MD-XX-XX, sete envelopes de “lai si” (contém 3,60 patacas em cada envelope) e uma faca.

A referida despesa da ingresso foi cobrada pelo arguido **E** sobre os indivíduos não identificados (símbolo do ingresso)

Após o exame, a referida faca tem 8,90 centímetros em comprimento de lâmina (auto de perícia constante de fls. 3205 dos autos).

O arguido E não justificou a sua posse da referida faca.

Em 1 de Março de 2005, pelas 17h00 e pouco, os agentes policiais realizaram uma busca no endereço da Associação Desportiva “Jj” e encontraram ali várias armas proibidas e armas de agressão (faca, pedaço de ferro, cadeia de ferro, relógio de ferro, *electrical stunning device*, tubo de água de ferro, pedaço de madeira, cassetete), um casaco de ganga com manchas de sangue, um BIRM falsificado do arguido S (vide o auto de apreensão constante de fls. 783 a 790 dos autos, o auto de exame e avaliação constante de fls. 809 a 812 dos autos e o atestado do DSI constante de fls. 3218 dos autos).

Após o exame, foi comprovado que a referida *electrical stunning device* funciona bem, revestida da função de emissão da electricidade, consegue afectar as condições físicas ou mentais daqueles que sofrem choque eléctrica. (vide o relatório de exame laboratorial constante de fls. 2064 a 2071 dos autos)

As referidas armas e instrumentos apreendidos pelo PJ são depositados dentro da “Associação Desportiva Jj de Macau” pelos associados de Ff pr ordem dos arguidos B, C, D, U, E e guardados pelo arguido V, destinados à agressão no conflito com outrem.

Os arguidos B, C, D, U, E não justificaram a posse das referidas armas e ferramentas guardadas.

O referido BIRM falsificado com dados pessoais do arguido S foi adquirido pelo mesmo junto do indivíduo não identificado e por ele mesmo guardado, com finalidade de usar este em Macau para se esquivar ao controlo da polícia da imigração ilegal.

Em 7 de Março de 2005, pelas 22h20 e pouco, na P.J, o arguido **B** disse ao arguido **Fff**: quero falar com inspector “**Ggg**” (inspector **Hhh**).

O guarda **Fff** perguntou por que este teve esse pedido. ‘

Então o arguido **C** disse ao guarda **Fff**: diz-lhe que não devia tornar essa coisa maior e convém resolvê-la para já.

O arguido **B** pretendeu através do guarda **Fff**, transmitir ao inspector **Hhh** as suas palavras, desejando que o inspector **Hhh**, sob condições não apuradas, praticasse o acto de violar o seu dever em relação à sua profissão.

No decurso de investigar o presente caso, os arguidos **U**, confessou os seus factos criminosos e manifestou o respectivo arrependimento e denunciou os factos criminosos dos outros membros.

O arguido **S** ao praticar os referidos actos era imigrante ilegal.

Os arguidos **B, C, U, E** sabiam bem que os membros recrutados por seus ordens incluem menores que não atinjam a idade de 16 anos.

Os arguidos **Q, R, Z, X** sabiam bem que os membros por estes recrutados incluem menores que não atinjam 16 anos de idade.

Os arguidos **B, C, D, T, E, F, U, V, P, Q, X, R, Z, A, Aa, Bb** e **Cc** conheciam perfeitamente a sua pertença à Associação “**Ff**” e sabiam a natureza da sociedade secreta da mesma Associação.

No presente caso, os arguidos **B, C, D, T, E, F, G, U, V, P, Q, X, R, Z, S, A, Aa, Bb** e **Cc** agiram livre, voluntária e consciente e dolosamente.

Eles sabiam que os referidos actos foram proibidos e punidos pela lei.

Segundo o registo criminal, o **1.º arguido B** é delinquente primário.

O **2.º arguido C** antes de entrar na prisão, era sócio de sala de jogo VIP do casino mediante um salário mensal de MOP\$70.000,00.

O arguido é casado, tem a mãe e dois filhos a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O **3.º arguido D** antes de entrar na prisão, era guarda do C.P.S.P mediante um salário mensal de MOP\$13.000,00.

O arguido é divorciado, tem a mãe e dois filhos a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O **4.º arguido T** antes de entrar na prisão, era gerente da sala de jogo VIP mediante um salário mensal de MOP\$12.000,00 a 13.000,00.

O arguido é casado, tem pais a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário asado.

O **5.º arguido E** antes de entrar na prisão, era bate-fichas do casino mediante um salário de MOP\$10.000,00.

O arguido é casado, tem uma irmã mais jovem e dois filhos a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos

factos incriminados, sendo delinquente primário.

Segundo o registo criminal, o **6.º arguido F** e **7.º arguido G** são delinquentes primários.

O **8.º arguido O** antes de entrar na prisão era bate-fichas do casino mediante um salário mensal de MOP\$15.000,00.

O arguido é casado, tem pais, mulher e dois filhos a seu cargo.

O arguido não confessou os respectivos factos, sendo delinquente primário.

O **9.º arguido U** antes de entrar na prisão era gerente da sala de casino mediante um salário mensal de MOP\$13.000,00.

O arguido é casado, tem pais, mulher e dois filhos a seu cargo.

O arguido confessou sem reserva todos os factos imputados e manifestou arrependimento sincero, sendo delinquente primário.

O **10.º arguido V** antes de entrar na prisão era agente de venda mediante um salário de MOP\$3.000,00.

O arguido é casado, tem mulher e dois filhos a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O **11.º arguido P** antes de entrar na prisão, era motorista mediante um salário de MOP\$2.000,00.

O arguido é solteiro, tem pais e um irmão mais jovem a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 12.º arguido Q antes de entrar na prisão, era desempregado, solteiro e não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 13.º arguido X antes de entrar na prisão, era bate-fichas da sala de jogo, mediante um salário de MOP\$4.000,00.

O arguido é solteiro, tem mãe e um irmão mais jovem a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 14.º arguido R antes de ser preso, era desempregado, solteiro, não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 15.º arguido Z antes de entrar na prisão, era desempregado, solteiro e não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 16.º arguido S, antes de entrar na prisão era empregado mediante um salário mensal de MOP\$4.500,00.

O arguido era solteiro, tem pais a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 17.º arguido H antes de ser preso, era empregado do casino mediante um salário mensal de MOP\$5.000,00.

O arguido era solteiro, tem irmão mais jovem a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário

Segundo o registo criminal, **o 18.º arguido A** não é delinquente primário.

O 19.º arguido Aa antes de entrar na prisão, era desempregado, solteiro e não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 20.º arguido I antes de ser preso, era assistente cabeleireiro mediante um salário mensal de MOP\$4.000,00.

O arguido era solteiro, não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 21.º arguido Bb antes de ser preso, era trabalhador mediante um salário mensal de MOP\$3.000,00.

O arguido era solteiro, tem mãe e uma irmã mais jovem a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 22.º arguido Cc antes de entrar na prisão, era desempregado, solteiro, não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 23.º arguido J, antes de entrar na prisão, era trabalhador mediante um salário mensal de MOP\$4.500,00.

O arguido é solteiro, não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 24.º arguido L, antes de entrar na prisão, era empregado mediante um salário mensal de MOP\$3.000,00.

O arguido é solteiro, não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 25.º arguido I antes de entrar na prisão, era cabeleireiro assistente mediante um salário mensal de MOP\$4.000,00 a 8.000,00.

O arguido é solteiro, tem mãe e um irmão mais jovem a seu cargo.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos

factos incriminados, sendo delinquente primário.

O 26.º arguido N é estudante, alimentado pelos pais.

Na audiência de julgamento, o arguido guardou silêncio em relação aos factos incriminados, sendo delinquente primário.

Os ofendidos **Dd** e **Ddd** declararam que desejavam a indenminização aos danos sofridos. O ofendido **Xx** declarou que não queria indemnizações.

No presente processo, o ofendido **Aaa** não apresentou queixa em relação aos crimes que o violaram.

Factos não comprovados:

O arguido **D** ingressou na Associação “**Ff**”.

Durante os feriados do ano novo chinês, o arguido **D** recebeu “lai si” de MOP\$1.000,00 oferecido pelo arguido **C**. Além disso, o arguido **C** de vez em quando convidou o arguido **D** para jantar e para clube nocturno e sauna.

O arguido **T** é também associado de “**Ff**” dirigido pelos arguidos **B** e **C**.

Os arguidos **G**, **O** e **V** ingressaram na Associação “**Ff**”.

O arguido **O** incumbiu-se de fazer usuras na sala de jogo e entregou os devedores insolventes à guarda dos outros membros da Associação **Ff** (vulgarmente designado por sequestro) a fim de constranger estes a devolver a verba em dívida.

O arguido **F** encarregou-se de cobrar a dívida contraída pelas pessoas do

interior da China aos membros da Associação “Ff” na prática das usuras.

O arguido **E** manifestou aos arguidos **Q, Z, Aa, X, R, A, Bb**: se não admitir ninguém, será repreendido e até espancado....

Por instrução do arguido **E**, o arguido **Q** recrutou **H**.

O arguido **X** recrutou **I, Cc, L** e o menor **Rr** em **Ff** como seus subordinados. O arguido **Cc** recrutou o arguido **M** como seu subordinado.

O arguido **Z** recrutou **N**, o menor **Ccc**. O arguido **N** passou a seguir o arguido **Aa**.

O arguido **Aa** recrutou **J**, o menor **Uu** na Associação **Ff** como seus subordinados

O arguido **U** recrutou **S** e o menor **Bbb** na Associação **Ff** como seus subordinados.

Os arguidos **D, T, G, O** e **V** formaram núcleo da Associação “Ff” e são membros chaves (vulgarmente designado como membros de 2.^a linha)

O arguido **S** como membro fundamental da Associação “Ff” (vulgarmente designado como membro de 3.^a linha).

Os arguidos **H, I, M, J, L, N** e os menores **Uu, Ccc, Eee, Bbb** como membros gerais da Associação “Ff” (vulgarmente designado como membro de 4.^a linha).

Pelo menos a partir do Agosto de 2004, os arguidos **E, F, U** várias vezes levaram e mandaram os membros da Associação “Ff”, incluindo os arguidos **S**,

I, H, J, L, N, os menores **Uu, Ccc, Eee, Bbb**, agregaram nos diversos locais de Macau para finalidade de agressão e para atacar e retaliar aqueles que envolveram no conflito com membros da Associação “**Ff**”.

Como costume, após a agressão, os associados de “**Ff**” regressaram à “Associação Desportiva **Jj**” situada na Rua Cinco de Outubro para proceder à discussão e instropecção acerca dos actos de agressão.

O arguido **V** logo telefonou para o arguido **Z**, ordenando que este convocasse membros de “**Ff**” para acorrerem à Escola **XXX**.

O arguido **S** tirou uma faca e picou de forma desordenada **Ii**, tendo acertado na sua barriga e no seu pulso esquerdo.

O arguido **L** participou na agressão contra **Hh** e **Ii**.

Em 28 de Fevereiro, pelas 19h50 e pouco, o arguido **R** convocou os arguidos **Q, I, H, P, S, Cc, Z** e os menores **Qq, Eee** e **Uu** para se dirigir à Escola “**XXX**” estando disposto a espancar **Aaa**.

O arguido **H** participou na agressão contra **Ddd** e **Aaa**.

Em 4 de Fevereiro de 2005, no casino de *Greek Mithology* do Hotel *New Century*, o arguido **O** emprestou a **Iii** HKD\$100.000,00 destinado a jogo.

Na altura, as condições concertadas pelo arguido **O** com **Iii** foram de seguida: o arguido **O** tiraria de cada aposta 10% como juro de empréstimo.

Em seguida, o arguido **O** entregou **Iii** a dois indivíduos não identificados, deixou estes levarem **Iii** para sala de jogo **XXX** a buscar dinheiro e fazer aposta.

Tendo perdido todo o empréstimo acima referido, os supraditos dois indivíduos não identificados levaram **Iii** a um quarto n.º XXX do Hotel *New Century* e entregaram-no à guarda do arguido **Q** e outro indivíduo não identificado, além de exigir a devolução do dinheiro deste, não o deixando sair.

Até às 12h00 e pouco de 4 de Fevereiro, após a devolução do dinheiro, o arguido **Q** e outros deixaram **Iii** sair do referido quarto.

Em 22 de Fevereiro de 2005, da manhã, dentro da sala de jogo XXX, **Iii** pediu a um indivíduo desconhecido MOP\$70.000,00 destinado ao jogo sob a mesma condição de empréstimo.

Tendo perdido o referido empréstimo, **Iii** foi levado para o quarto n.º XXX do *New Century* Hotel e ficava entregue à guarda dos arguidos **P** e outros dois indivíduos que exigiram a devolução do dinheiro do mesmo e não o deixaram sair do quarto.

Só até ao meio-dia de 23 de Fevereiro, **Iii** foi deixado sair do quarto pelos arguido **P** e outros.

Os arguidos **Q**, **P** e outros não deixaram **Iii** sair do referido quarto, contrairam a vontade de **Iii** e privam este da sua liberdade de actuação.

No decurso de investigar o presente caso, os arguidos **Aa**, **Bb**, **Cc**, **L**, **J**, **N**, **M** confessaram os seus factos criminosos e manifestaram o respectivo arrependimento e denunciaram os factos criminosos dos outros membros.

O arguido **D** sabia bem que os membros recrutados por seus ordens incluem menores que não atinjam a idade de 16 anos.

O arguido **Aa** sabia bem que os membros por estes recrutados incluem menores que não atinjam 16 anos de idade.

No presente caso, os arguidos **G, O, S, H, I, J, L, Jjj** e **N** conheciam perfeitamente a sua pertença à Associação “**Ff**” e sabiam a natureza da sociedade secreta da mesma Associação.

Os arguidos **O, H, I, J, L, M** e **N** conheciam perfeitamente a sua pertença à Associação “**Ff**” e sabiam a natureza da sociedade secreta da mesma Associação.

Os arguidos **O, H, I, J, L, M** e **N** agiram livre, voluntária, consciente e dolorosamente e sabiam bem que os referidos actos foram proibidos e punidos pela lei.

Juízo de factos:

Este Tribunal Colectivo faz o juízo de facto com base na síntese das seguintes factos: na audiência de julgamento, o 8.º arguido prestou sua declaração; na audiência de julgamento, o 9.º arguido confessou sem reserva os factos incriminados e denunciou os factos criminosos dos outros arguidos; os ofendidos **Dd, Xx, Ii, Ddd, Aaa** relataram na audiência de julgamento o decorrer do facto de ser violado; na audiência de julgamento, os menores (**Qq, Rr, Ss, Tt**) que ingressaram na sociedade secreta mediante a apresentação relatou explicitamente por quem foram dirigidos e por que meio se tornaram associados da sociedade secreta e como se passavam as várias agressões; as testemunhas da parte acusadora **Bbb, Eee, Lll, Mmm, Nnn, Ooo, Ppp** prestaram os depoimentos; as testemunha da parte defensora prestaram

depoimentos; na audiência de julgamento, os agentes da P.J que se incumbiram da investigação do caso relataram o decurso de investigação, o resultado e o decurso de encontrar as armas relatados; os depoimentos de todas as testemunhas por conhecimento directo e pela experiência pessoal são adoptados por este colectivo; foi analisado o relatório de exame laboratorial das substâncias apreendidas já apreciado e constante dos autos (fls. 2056 a 2063, fls. 2064 a 2071, fls. 2077 a 2084, fls. 2085 a 2092, fls. 2093 a 2099 e fls. 2705 a 2713 dos autos); foram analisados os relatórios sociais dos 11.º a 15.º, 17.º, 19.º a 26.º arguidos (fls. 4763 a 4822, fls. 4829 a 2835 e fls. 5031 a 5037 dos autos), as escutas telefónicas (volumes 15.º, 16.º e 17.º dos autos), todas as provas documentais constantes dos autos (sobretudo fls. 202 destes autos, fls. 780, fls. 3261 a 3286 dos autos).

Não se conformando com a decisão condenatória, dela recorreram o 2º arguido **I**, o 3º arguido **D**, o 4º arguido **T**, o 5º arguido **E**, o 9º arguido **U** (ou **Qqq**), o 10º arguido **V**, o 11º arguido **P**, o 12º arguido **Q**, o 13º arguido **X**, o 14º arguido **R**, o 15º arguido **Z**, o 21º arguido **BB** e o 22º arguido **CC**.

Por decisão do Tribunal de Segunda Instância de 15 de Fevereiro de 2007 foram julgados os recursos interpostos por o 2º arguido **IC**, o 3º arguido **D**, o 4º arguido **T**, o 5º arguido **E**, o 9º arguido **U** (ou **Qqq**), o 10º arguido **V**, o 11º arguido **P**, o 12º arguido **Q**, o 13º arguido **X**, o 14º arguido **R**, o 15º arguido **Z**, o 21º arguido **BB** e o 22º arguido **CC**.

E pelo acórdão do Tribunal de Última Instância de 23 de Maio de 2007, foi definitivamente decidida a parte respeitante aos recorrentes, o 2º arguido **I**, o 3º arguido **D**, o 4º arguido **T**, o 9º arguido **U** (ou **Qqq**) o 11º arguido **P**, o 12º arguido **Q**, o 13º arguido **X**, o 14º arguido **R** e o 21º arguido **BB**.

Por acórdão ainda deste Tribunal de Segunda Instância de 5 de Julho de 2007, foi decidido o recurso interposto pelo artigo **G**, que tinha sido julgado à revelia na primeira instância.

Procedendo a audiência de julgamento com a presença do recorrente, veio apurado que o recorrente tinha 4 anos de ensino secundário, tinha o salário cerca de 5 a 6 mil patacas, e não tem ninguém a seu cargo.

Connhecendo.

O recorrente levantou duas questões: uma é a de não poder condenar o recorrente pelo crime de sociedade secreta e outra, subsidiariamente, a medida de pena.

Na primeira questão, por um lado, considera o recorrente que, quando participou na Sociedade secreta “**Ff**” ainda não completou 16 anos, e nos autos, não logrou qualquer facto demonstrador da sua participação, apesar de ter 16 anos e 8 meses de idade, nas reuniões no

Templo «Hông Kông», e outros elementos factuais nos autos que dêem conta de qualquer participação do recorrente em qualquer acto, reunião ou cerimónia da Associação posterior a 13/12/2004, data em que, com outros arguidos, esteve presente em S. Paulo para um encontro de retaliação de um indivíduo de alcunha «Gg», que não chegou a concretizar-se.

E noutras ocasiões:

- não logrou apurar o duto Ac. recorrido a data em que, com a colaboração do recorrente, houve recrutamento de novos membros, pelo que por força do princípio «in dubio pro reo» é de presumir que tal decisão para o recrutamento de novos membros ocorreu quando o ora recorrente tinha ainda 14 ou 15 anos de idade e era, por isso, criminalmente inimputável;

- não parece, porém, que a inclusão do recorrente, na estrutura da Associação «Ff», à data de 7/4/2005, pela Polícia Judiciária, tenha de suporte fáctico ou possa ser isenta de dúvidas;

- inexistente qualquer referência ao recorrente nas situações anteriores descritas na acusação ocorridas nos dias 20/12/2004 (episódio da Escola de «XXX», 1/9/2005 (discussão com Hh e Ii) e 28/2/2005 (episódio da Escola «XXX»).

Quanto à questão de medida de pena, o recorrente alegou que confia-se em que o circunstancialismo descrito, assente na menoridade do recorrente à data do seu recrutamento para a Associação «Ff» e a sua

idade de apenas 16 anos e 8 meses à data do facto apurado, que apenas constitui um corolário daquela sua adesão enquanto menor à Associação, possa merecer dessa Alta Instância um mais acentuado abaixamento da pena;

Vejamos.

Sendo certo, está nos autos provado que o rito de ingresso na associação "Ff" ocorreu numa tarde de Novembro de 2003 momento em que o ora recorrente tinha apenas 15 anos, tal facto implica apenas a não punição do agente, a lei nunca afasta a sua ilicitude, objectivamente dita.

Desde que se mantenha esta situação de ilicitude ou enquanto não está provado que o agente deixou de ser o membro daquela associação criminosa, o agente não pode deixar de vir a ser punido quando atingir a idade imputável.

Quanto ao crime de associação criminosa, o Tribunal de Última Instância consignou que:

"A finalidade de se dedicar a uma actividade criminosa e a permanência desta intenção distingue o crime de associação ou sociedade secreta da comparticipação, esta como simples acordo conjuntural para se cometer um crime em concreto e é apenas uma causa de extensão de autoria singular e, em alguns casos, como agravante modificativa.

Haverá associação criminosa sempre que se configure

uma união de vontades, ainda que sem organização ou acordo prévio, com o propósito de, estável e de modo mais ou menos duradouro, se praticarem actos criminosos de certo tipo, ficando assim naturalmente arredado do conceito o mero ajuntamento, ou seja, a simples reunião accidental e precária de pessoas, que sem a mínima estabilidade associativa e sedimentação, praticam uma ou mais acções criminosas.

Com o crime de associação criminosa previsto no art. 288º do Código Penal como crime-base, coexistia o crime de associação de malfeitores da antiga Lei n.º 1/78/M como tipo específico destinado a combater as associações criminosas típicas locais.

Para a integração do crime de associação ou sociedade secreta, torna-se necessário apurar se por acordo ou convenção ou outros meios, nomeadamente pela prática de determinados crimes, foi criada uma organização destinada a obter vantagens ou benefícios ilícitos, o que representa uma menor rigidez na demonstração dos seus elementos típicos ao consagrar as presunções legais, admitindo sempre a prova em contrário".²

O crime de sociedade secreta pode ser chamado como tanto o crime organizado como a organização criminosa, ou seja, a existência

---

² - Ac. de 21-2-2003, proc. n.º 22/2002

desta organização já se constitui o crime. E esta natureza do crime determina que este tipo do crime é um crime permanente.

A sua punição abrange todo o período (com a excepção, claro, do de ser inimputável) em que se mantenha a sua ilicitude de ser membro de sociedade secreta.

E nos autos, na situação do recorrente, efectivamente assim aconteceu.

Está provado que, por um lado, após o rito de ingresso na associação “Ff”, em 13 de Dezembro de 2004 – quando já tinha cerca de 16 anos e 8 meses -, o ora recorrente participou, como membro dessa associação, numa reunião para um acto de retaliação, em nome daquela associação, por outro lado, que era membro fundamental ou de 3ª linha da mesma associação, em 1 de Março de 2005 – cerca de 1 mês antes de perfazer 17 anos.

Isto é o que disemos que o recorrente, tendo ingressado na sociedade secreta à menoridade, se manteve como membro da mesma quando há muito tempo tinha deixado de ser inimputável.

Não teria interesse sabe se o acto de retaliação de um indivíduo de alcunha «Gg», planeada no dia de 13 de Setembro de 2004, chegou ou não a concretizar-se. O que é mais importante é que o ora recorrente, apesar de ser inimputável no momento do ingresso na organização “Ff”, continua a participar, após atingir a idade de imputável, na reunião desta organização.

Quer isto implica que ele se mantinha a qualidade de membro – está provado que ser membro fundamental ou de 3ª linha - da mesma associação, independentemente de saber quantas vezes participou nos actos ilícitos praticados pela associação e em quantas reuniões esteve presente, desde que não se demonstre que ele terá saído daquela associação.

Não há nenhuma dúvida que, dos factos provados, demonstra que o recorrente se mantinha a situação de ser membro de sociedade secreta denominada por “Ff”³, que dos factos provados não se pode deixar de ser considerado como a organização criminoso.

Improcede assim o recurso nesta parte.

O recorrente pretende, subsidiariamente, que fosse aplicada uma pena até um limite “não superior a 1 ano, assentando na menoridade do recorrente à data do seu recrutamento para a Associação «Ff» e a sua idade de apenas 16 anos e 8 meses à data do facto apurado.

Como resulta dos autos, o Tribunal Colectivo procedeu efectivamente à atenuação especial da pena, ao abrigo do art. 66º do Código Penal, tendo em conta a idade do recorrente.

Quer dizer, com o recurso, o recorrente, manifestando a sua discordância com a medida concreta da pena em consequência da

---

³ Que constava da lista legal da sociedade secreta no artigo 3º da revogada Lei nº 1/78/M

atenuação especial, pretendeu que este Tribunal ponderasse novamente a atenuação especial sobre o factor de sua idade ao praticar do crime.

Pelo Tribunal *a quo* foi o recorrente condenado pela prática do crime do artigo 2º nº 2 al. d) da Lei nº 6/97/M, na pena de 3 anos e 9 meses de prisão.

A lei prevê uma moldura legal da pena de 5 a 12 anos de prisão. Aplicando a atenuação especial do artigo 66º nº 2 al. f) do Código Penal, a moldura legal da pena passa a ser de 1 ano a 8 anos de prisão.

Sendo certo, a medida concreta da pena deve mostrar-se adequada à culpa do agente e às exigências da prevenção criminal, dentro dos critérios previstos no artigo 65º Código Penal, salvaguardando os valores ínsitos às finalidades das penas e que passam pela protecção dos bens jurídicos tutelados e pela reintegração do agente na sociedade, conforme o artigo 40º do mesmo Código.

De facto, na determinação da pena, estabelece o n.º 2 do artigo 65º que “o Tribunal atende a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo do crime, depuserem a favor do agente ou contra ele”. E concretiza nas alíneas seguintes, exemplificativamente, algumas dessas circunstâncias relativas à gravidade da ilicitude, à culpa do agente e à influência da pena sobre o delinquente.

Assim, na alínea

“a) o grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste e a

gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente”

b) A intensidade do dolo ou de negligência;

c) Os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram;

d) As condições pessoais do agente e a sua situação económica;

e) A conduta anterior ao facto e posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime;

f) A falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifestada no facto, quando essa falta deva ser censurada através de aplicação da pena.”

Em princípio, a medida concreta da pena feita pelo Tribunal *a quo* só sujeita à censura pelo Tribunal de Recurso sob o princípio de proporcionalidade e da adequação e a pena só é de alterar quando se mostra manifestamente desproporcional.

E neste enquadramento, face à matéria que foi comprovada, e à conduta do arguido, nomeadamente, *de não ser primário o recorrente*, mesmo com a reponderação e avaliação da culpabilidade e grau de ilicitude, ínsito a cada uma das condutas, a pena concreta não se afigura ser manifesta desproporcional e inadequada.

Porém, o tribunal de recurso não pode deixar de considerar alguns factores a que o Tribunal *a quo* não tinha ponderado, nomeadamente

com a necessidade de ajustamento das penas, a título de justiça relativa, e também o facto de dever o recorrente ser julgado com outros co-autores, alguns destes que tinham beneficiado a redução da pena, ao abrigo do artigo 392º n.º 2 al. a) do Código de Processo Penal.

Tem-se, então, por bem o ajustamento da pena da forma seguinte:

Condena-se o 18.º arguido **A** ora recorrente, pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com a circunstância especialmente atenuante prevista pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 2 meses de prisão.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em julgar provimento parcial o recurso interposto pelo arguido **A** e em consequência em condenar o mesmo, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de sociedade secreta p. e p. pelo art. 2.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 6/97/M de 30 de Julho (vide art. 1.º n.º 1 alíneas a), b), j), l) e p)) com a circunstância especialmente atenuante prevista pelo art. 66.º n.º 2 alínea f) do Código Penal de Macau na pena de 3 anos e 2 meses de prisão.

Custas pelo recorrente com a taxa de Justiça de 3 UCs.

Macau, aos 15 de Novembro de 2007

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Lai Kin Hong